



TRANSGÊNEROS: AINDA INCOMPREENDIDOS?

TRANSGENDER:
STILL MISUNDERSTOOD

TRANSGÉNERO:
AUNQUE INCOMPREENDIDOS

Erika Barbosa de Araújo¹
Gláucia Lima de Magalhães Theophilo²

RESUMO

Este artigo retrata uma pesquisa sobre transgeneridade e sua compreensão. A expressão transgênero reporta-se num termo que acolhe a união política entre os indivíduos com distinções de gênero incompatíveis às condutas sociais caracteristicamente relacionadas a homens e mulheres “comuns” e que, como efeito disto, padecem de intolerância. No Brasil, práticas de intervenção têm levantado diversos questionamentos psicológicos, legais e sociais. No meio desta discussão, encontram-se os profissionais de psicologia que, como pertencentes a área de saúde, devem estar preparados para dar suporte a esta parcela da população que, na maioria das vezes, está envolvida em sofrimento psíquico. Assim, buscou-se investigar a forma como futuros psicólogos percebem o fenômeno da transgeneridade, já que esta percepção pode influenciar suas práticas. A hipótese levantada foi de que as atitudes de graduandos de psicologia face à identidade transgênero são baseadas na incompreensão do fenômeno. O objeto de estudo foi ancorado no constructo de atitude da psicologia social. Os sujeitos foram 100 graduandos em psicologia do 1º ao 10º período da Universidade Estácio de Sá (campus Nova Iguaçu/RJ). Utilizamos de um questionário com escala likert de 5 pontos, para conhecer o grau de concordância quanto às questões e produzir descrições quantitativas. Em seguida, a análise dos resultados apoiou-se no o ranking médio (RM) de anuência dos itens dentro de cada categoria de atitudes relacionando-se ao modelo ecológico do desenvolvimento humano. O ranking médio total do questionário foi de 3,97, o que demonstra uma aceitação da transgeneridade.

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero. Escala de atitudes likert. Graduandos de psicologia.

ABSTRACT

This article portrays a survey conducted about transgenderism and understanding. The term transgender refers a term that welcomes political union between individuals of incompatible gender distinctions social behaviors

Submetido em: 17/01/2019 **Aceito em:** 05/03/2019 **Publicado em:** 01/06/2019

¹ E-mail: / ORCID: enfaerika@hotmail.com

Instituição – País: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil

Formação e instituição: Mestre em Psicologia – UFRRJ

² E-mail: / ORCID: glauucia.magalhaes@hotmail.com

Instituição – País: Universidade Estácio de Sá - Brasil

Formação e instituição: Bacharel em Psicologia - UNESA



typically related to men and women "ordinary" and that because of this effect, suffer from intolerance. In Brazil, intervention practices have raised various psychological, legal and social questions. Amid this discussion, psychology professionals, as belonging to health are, should be prepared to support this part of the population that, for the most part, is involved in psychological distress. Thus, we sought to investigate how future psychologists realize the phenomenon transgenderism, as this perception may influence their practices. The hypothesis was that the attitudes of undergraduate psychology against the transgender identity are based on the phenomenon of misunderstanding. The study object was anchored in the construct attitude of social psychology. The subjects were 100 students in psychology from 1st to 10th period of Estácio de Sá University (campus Nova Iguaçu / RJ). We use them a questionnaire with Likert scale of 5 points, to meet the degree of agreement on the issues and produce quantitative descriptions. Then the analysis of the results was based on the average ranking (MRI) of the consent of items within each category of actions relating to the ecological model of human development. The total average rating questionnaire was 3.97, which indicates an acceptance of transgenderism.

KEYWORDS: Transgender. Likert scale of attitudes. Psychology undergraduates.

RESUMEN

Este artículo retrata una investigación sobre transgeneridad y su comprensión. La expresión transgénero se reporta en un término que acoge la unión política entre los individuos con distinciones de género incompatibles a las conductas sociales característicamente relacionadas con hombres y mujeres "comunes" y que, como efecto de ello, padecen de intolerancia. En Brasil, prácticas de intervención han levantado diversos cuestionamientos psicológicos, legales y sociales. En medio de esta discusión, se encuentran los profesionales de psicología que, como pertenecientes al área de salud, deben estar preparados para dar soporte a esta parte de la población que, la mayoría de las veces, está involucrada en sufrimiento psíquico. Así, se buscó investigar cómo los futuros psicólogos perciben el fenómeno de la transgeneración, ya que esta percepción puede influenciar sus prácticas. La hipótesis planteada fue que las actitudes de los graduandos de psicología frente a la identidad transgénero se basan en la incompreensión del fenómeno. El objeto de estudio fue anclado en el constructo de actitud de la psicología social. Los sujetos fueron 100 graduandos en psicología del 1º al 10º período de la Universidad Estácio de Sá (campus Nova Iguaçu / RJ). Se utilizó un cuestionario con una escala likert de 5 puntos, para conocer el grado de concordancia en cuanto a las cuestiones y producir descripciones cuantitativas. A continuación, el análisis de los resultados se apoyó en el ranking medio (RM) de anuencia de los ítems dentro de cada categoría de actitudes relacionándose con el modelo ecológico del desarrollo humano. El ranking medio total del cuestionario fue de 3,97, lo que demuestra una aceptación de la transgeneración.

PALABRAS CLAVE: Transgénero. Escala de actitudes likert. Graduados de psicología.

INTRODUÇÃO

A expressão transgénero é entendida atualmente como um termo “guarda-chuva”, a fim de acolher uma união política entre todos os indivíduos portadores de distinções de gênero incompatíveis às condutas sociais prevalentes. Esta definição passou a abarcar andróginos, homens e mulheres heterossexuais que se expressam além dos estereótipos normais, homossexuais masculinos efeminados, homossexuais femininas masculinizadas, travestis, transexuais (tanto masculinos quanto femininos), drag queens, sujeitos que escolhem atender a outros pronomes ou a nenhum, pessoas intersexuadas, e indivíduos distintos pertencentes a algumas comunidades, como: as hijras da Índia, os maridos femininos da África, os mahu da



Polinésia, as virgens juramentadas dos Bálcãs, e etc., todos divergentes ou transgressores de gênero pré-concebidos (LANZ, 2014).

Pessoas transgênero que buscam a transgenitalização (cirurgia), ou incrementam uma alteração do seu gênero social através de formas não cirúrgicas, ou desejam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam, ou simplesmente desejam passear entre os papéis de gênero estabelecidos socialmente, por exemplo, encontram obstáculos desumanizadores para que lhes seja outorgado o direito primordial à identidade. Isto sem mencionar, em alguns casos, a necessidade de carregar o rótulo de portador de um transtorno psiquiátrico, o que invalida o seu reconhecimento como um ser saudável.

Neste cenário ainda se encontram questões relacionadas aos preconceitos, à insatisfação com a forma corporal alcançada após a cirurgia que não atinge ao ideal sonhado, as dificuldades de acesso à saúde pública, à incompreensão generalizada, ao mercado de trabalho que associa essa identidade à marginalidade e ao crime, a não aceitação familiar, à dificuldade de encontrar um emprego, e tantas outras violências cotidianas.

Nos dias atuais, uma parte da população com identidade transgênero é considerada acometida por uma patologia, tanto relatadas no CID-10 (sob o código F64.2), quanto no DSM-V (sob o código 302.6) e, a fim de conseguir autorização para a cirurgia de transgenitalização (desejo de alguns dos transgêneros), existe uma obrigatoriedade de diagnóstico psiquiátrico sob o rótulo de “Disforia de Gênero”, além de terapia psicológica por 2 anos. Uma vez que as cirurgias são irreversíveis, a saúde mental apresenta probabilidade de ser afetada em face à nova configuração corporal, desta forma, não só o tratamento psicoterapêutico é recomendado, como é exigido por legislação pertinente ao assunto.

No entanto, a população “trans” luta atualmente pela despatologização do gênero, com o objetivo maior de impedir a retirada da autonomia individual e o não reconhecimento da condição de sujeitos conscientes das pessoas “trans” que buscam redesignação de sexo. Relacionados a esta discussão, encontram-se os profissionais de psicologia que, pertencentes a área de saúde, devem estar preparados para dar suporte a esta parcela da população que, na maioria das vezes, está envolvida em sofrimento psíquico, quer referente aos próprios questionamentos individuais de incompatibilidade sexo-gênero, quer pela incompreensão de familiares, amigos e da sociedade de forma geral, além de preconceitos e atitudes agressivas, das mais diferentes formas, a que são submetidos em seu cotidiano. Assim, entendendo que somente a partir da compreensão de um fenômeno e suas particularidades é que será possível um profissional atuar de maneira humanizada. Para tanto, buscou-se investigar a forma como futuros psicólogos percebem o fenômeno da transgeneridade, já que esta percepção pode influenciar na sua prática e, conseqüentemente, na qualidade da atenção à saúde a população. Assim, a hipótese levantada foi de que as atitudes de graduandos de psicologia face à identidade transgênero são baseadas no desconhecimento e incompreensão do fenômeno. Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar as atitudes face à identidade



transgênero e, mais especificamente conhecer a anuência de graduandos em psicologia sobre a transgeneridade e relacionar a concordância ou não, dentro de cada categoria de atitudes, ao Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1996), expostos no questionário utilizado.

SEXO E GÊNERO

No ano de 1933, em um seminário a respeito da feminilidade, Freud declarava, com completa segurança que “quando a gente encontra uma pessoa, a primeira distinção que fazemos é se ela é homem ou mulher. E estamos acostumados a fazer tal distinção com certeza absoluta” (FREUD, 1933).

O gênero está associado às diferenciações sexuais, mas não forçosamente as diferenças fisiológicas como são percebidas pelo meio social. As heterogeneidades sexuais são tidas como físicas, enquanto as heterogeneidades de gênero são construídas socialmente. O gênero tem origem no modo como a sociedade distingue o processo que modela “um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher”. (STREY *et al*, 2009, p.182).

A edificação cultural do gênero é perceptível quando se examina que ser homem ou ser mulher nem sempre presume as mesmas características em diversas sociedades ou em distintas épocas.

Conforme explica Jesus (2012, p. 06):

[...] para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa são suas células reprodutivas (espermatozoides, logo, macho; óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura. [...] Sexo é biológico, gênero é social. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, a maior parte delas é influenciada pelo convívio social.

De acordo com Monro (2005), “toda a sociedade demonstra-se fundamentada em função do sexo e do gênero”. Isto explica a noção de ser pelo gênero que os indivíduos constroem as posições que exercem nas instituições da sociedade onde se enquadram e, por isso, “além de ser exclusivamente um predicado dos indivíduos, ele é fomentador de todo âmbito social onde estes indivíduos se mobilizam” (AMÂNCIO, 2003).

A construção do papel do homem e da mulher, que se inicia no processo gestacional e com o nascimento do bebê, o primeiro reconhecimento se dá através do sexo: “menina ou menino” e a partir de então iniciará a construção do papel que a sociedade espera deste indivíduo já definido. Por possuírem genitais femininos ou masculinos, serão qualificados pelo pai, mãe,



família, escola, mídia, sociedade em geral, com distintas forma de pensar, de sentir, de atuar (BENEVENTO; SANTANA, 2013).

As desigualdades de gênero são edificações históricas, primordialmente patriarcais, assentado numa forte sistematização sexual hierárquica, conforme autoridade masculina no meio familiar, com o deslocamento para a esfera pública. Posteriormente, em contraste a essa sistematização social, eclode o feminismo, com a peculiaridade de ser um movimento social e político, com intento de igualdade dos sexos (HOGEMANN, 2015).

Desta forma, conforme esclarece Carloto (2001, p. 206):

[...] a categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

Ainda dentro da categoria gênero, dois conceitos são relevantes: identidade de gênero, que se relaciona ao gênero com o qual uma pessoa se identifica que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento e, expressão de gênero, que é a forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero (JESUS, 2012). Além disso, Scott (1995, p. 76) destaca que “o uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

HETERONORMATIVIDADE

Kitzinger (2005) declara que a “heteronormatividade é um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de conduta de gênero a todas as relações estabelecidas entre as pessoas na nossa sociedade”. Compreende-se, deste modo, que a propagação de costumes e padrões heterossexuais, sustentadas, por exemplo, pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família no modelo pai-mãe-filho(a)(s). Relacionado a estas implicações, ocorre o heterossexismo compulsório, entendido como uma imposição incontestável aplicada a todos os integrantes da sociedade, com o objetivo de corroborar ou legitimar as práticas heterossexuais (FOSTER, 2001 *apud* MIRANDA, 2010). O heterossexismo pode ser entendido ainda como um processo ideológico que contesta, macula e marginaliza qualquer maneira não heterossexual de identidade, comportamento ou relacionamento. Esse sistema ideológico gera benefícios



para indivíduos que seguem as regras heterossexuais e estigmatiza e isola aquelas que não as seguem (HEREK, 1992 *apud* SOUZA; PEREIRA, 2013).

TEORIA QUEER

Apesar da diferenciação entre sexo, como fator biológico, e gênero, como perspectiva social ou designação cultural dessa prática, vindo a ser uma etapa rumo ao entendimento de como nos constituímos culturalmente como homem/masculino e mulher/feminino (BUTLER, 1990b), a progressão ainda não é satisfatória no ponto de vista de muitos teóricos. Uma das mais proeminentes censuras quanto ao conceito de gênero relacionado a uma construção social é ter o sexo biológico como ponto de apoio desta construção, não permitindo diversidade para algum outro tipo de opção, distinção ou oposição por parte dos indivíduos (LANZ, 2014).

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas (BENTO, 2012, p. 2657).

Neste sentido, “[...] inúmeros autores têm denunciado o reducionismo do binário de gêneros, argumentando que masculino e feminino representam apenas dois pontos extremos de um continuum de gênero” (LANZ, 2014, p. 50). É neste contexto que a Teoria Queer surge, instigando novos pontos de vista e discutindo conceitos.

De forma geral, os movimentos que estão preocupados em desafiar os limites tradicionais de gênero e sexuais tem se avolumado, questionando as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros que não se satisfazem em trespassar essas divisões, porém decidindo assim viver a ambiguidade da própria fronteira em si mesma. A nova força e ação dos movimentos sexuais e de gênero geram modificações nas teorias e, concomitantemente, é sustentada por elas. A compreensão teórica mobilizou-se da avaliação das desigualdades e das relações de domínio entre categorias sociais no concernente as dadas ou fixas (homens e mulheres, gays e heterossexuais) para a dúvida das próprias categorias – sua fixidez, separação ou limites – e para ver a disputa do poder em torno delas como menos binária e menos unidirecional. Progressivamente, surgiram, então, elaborações e proposições teóricas pós-identitárias. Exatamente dentro dessa perspectiva que a afirmação de uma política e de uma Teoria Queer precisa ser entendida (LOURO, 2001).

O termo queer refere-se a estranho, bizarro, esquisito, adoentado, combatido, obscuro, ridículo, homossexual, bicha louca, veado (BENTO, 2012). Contudo, Bento (2012, p. 2660) salienta que “os estudos queer invertem seu uso e passam a utilizá-la como marca diferenciadora e denunciadora da heteronormatividade englobando gays, lésbicas,



transexuais, travestis e transgêneros”. Deste modo, os estudos queer possibilitam que todas as diversidades de gênero, ou seja, todos os qualificados de acordo com a bibliografia médica por indivíduos patologicamente enfermos ou transtornados, sejam considerados indivíduos que formam suas identidades mediante os mesmos aspectos que os vistos como “normais”. Conforme Casagrande, Carvalho e Luz (2009 apud PALOSKI; CADONÁ, 2014, p. 96), “lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, heterossexuais e outros diversos modos de estar no mundo reforçam a ideia de que a dimensão de gênero e sexualidade vai muito além dos padrões estereotipados de homem e mulher”, normatizados por órgãos institucionais e sociais, como, por exemplo, família, educação e religião, e por outras formas de coerção social, empregados com o passar dos tempos. Os estudiosos queer afirmam que é preciso efetuar modificações epistemológicas que de fato trespasssem com o raciocínio binário e com suas consequências: a graduação, a categorização, a dominação e a marginalização (LOURO, 2001).

TRANSGÊNERO

A partir desta compreensão, pode-se então definir Transgênero, de acordo com Lanz (2014, p. 70-71), da seguinte forma:

[...] a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno transgênero, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno transgênero. [...] não se trata de “mais uma” identidade gênero-divergente, mas de uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero. [...] A transgeneridade é um fenômeno extremamente amplo, podendo apresentar uma imensa variedade de manifestações. O termo transgênero também vem sendo utilizado para classificar pessoas que, de alguma forma, não se reconhecem e/ou não podem ser socialmente reconhecidas nem como “homem”, nem como “mulher”, pois a sua identidade de gênero não se enquadra em nenhuma das duas categorias disponíveis. Desta forma, transgênero refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em comportamentos e/ou atividades que transgridem as normas de conduta impostas pelo dispositivo binário de gênero.

Para Peres e Toledo (2011), é necessário compreender que a definição de transgêneros se apresentam sempre em construção e permanentemente deverão ser aprovadas e reconhecidas pelas pessoas que experimentam situar-se nestas conformidades.

Ao findar do século XX, o movimento transgênero nasce como um crescente esclarecimento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTT) e impulsiona recursos para gerar modificações políticas e jurídicas no campo social em diversas partes do planeta. Embora a população de transgêneros seja reconhecida como uma parte da coletividade LGBTTT, o movimento transgênero (transgender movement) se difere do movimento LGBTTT por ter demandas específicas, como, por exemplo, o combate contra a



patologização da transexualidade, e a exigência de políticas públicas que consintam a ampla admissão a serviços de atenção básica isentos de marginalização pelos profissionais de saúde e a alteração do nome, que seja condizente com sua identificação de gênero, entre outras (GARII, 2007 *apud* ÁVILA; GROSSI, 2010).

Os cidadãos que possuem identidades não adequadas as ideias tidas como normais de gênero e sexualidade são constantemente segregados, colocados à parte, através dos discursos, instituições e políticas que favorecem as identidades não-transgênero (MONRO, 2005; NAMASTE, 2000).

Segundo Ramalho (2013, p. 100) no fundo trata-se de estratégias de funcionamento que subvertem a identidade e promovem a exclusão e a abjeção de corpos, sexualidades e comportamentos considerados como “desviantes”. Sendo assim, uma maneira indistinguível de imposição de normas que aceita e copia as formas ideais do sexo, orientação sexual, identidade de gênero e estimativas dominantes do que é ser “normal e natural”.

CISGÊNERO

Cisgêneros são indivíduos que não têm questões conflitantes no que se refere à identidade de gênero. Não se perguntam, por exemplo, quanto a sua identificação como homens ou mulheres ou ao gênero que lhes foi dado ao nascer. Em situação oposta às pessoas “trans”, os cisgêneros, estão em concordância com seus corpos e a expressão de gênero e/ou papel de gênero que exercem em consonância com aquilo que a sociedade espera para alguém com seu sexo biológico (JESUS, 2012).

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Orientação sexual refere-se ao desejo erótico-afetivo de uma pessoa, ou seja, por quem ela se sente atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente. Apesar de ser uma definição completamente diferente dos termos tratados previamente de sexo e gênero, na cultura ocidental a qual pertencemos, a orientação sexual de um indivíduo é considerada atrelada ao seu sexo físico e, conseqüentemente, ao gênero que lhe foi designado em seu nascimento, conforme seus órgãos sexuais. Em resumo, quem nasce “macho”, ou seja, possuidor de um pênis é automaticamente determinado como “homem” e espera-se dessa pessoa que tenha uma atração erótico-afetiva por mulher. E, quem nasce “fêmea”, isto é, possuidora de uma vagina, é automaticamente classificada como “mulher” e espera-se dessa pessoa que tenha uma atração erótico-afetiva por homem. Qualquer viabilidade diversa de arranjo entre sexo, gênero e orientação sexual não é realmente reconhecida e aprovada, apesar de, atualmente, ser mais “suportada” (LANZ, 2014).



Conforme esclarece Lanz (2014, p. 41) “podemos descrever sexo como aquilo que a pessoa traz entre as pernas; gênero como aquilo que traz entre as orelhas e orientação sexual como quem ela gosta de ter entre os braços”.

Já Butler (2009), destaca que o que regula estes encadeamentos, em nosso contexto social, é a heteronormatividade, uma “relação absoluta, linear e direta [...] entre sexo, gênero e orientação sexual”. Desta forma, diante desse binarismo hetero/homossexual, em sentido genérico, os estudos queer questionam as incongruências das relações alegadamente inabaláveis entre sexo biológico, gênero e orientação sexual (JAGOSE, 1996 *apud* MIRANDA; GARCIA, 2012).

Na vivência transgênero, há uma multiplicidade de relações amplamente complexas, como por exemplo: arrumar-se conforme o gênero oposto, aplicação de homônimos e investimento em procedimento cirúrgico, ou até mesmo a associação de todas essas práticas. Tais manobras podem ou não levar a uma modificação de escolha de objeto de desejo sexual. Com a possibilidade de se tornar um homem trans e gostar de garotos (transformando-se em um homossexual masculino); ou um homem trans e gostar de garotas (tornando-se um heterossexual); ou ainda, estabelecer-se um homem trans, passando por uma sucessão de movimentos na orientação sexual integrando um relato de vida muito peculiar. Assim sendo, a narrativa não pode ser limitada em uma categoria, ou então, pode ser presa por uma categoria apenas por uma etapa delimitada de tempo. As narrativas de vida são histórias de transformação, e categorias podem, por vezes, frear o processo de metamorfose e modificação. Transferências na orientação sexual podem se dar como retorno a um consorte determinado, de maneira que as histórias de vida, trans ou não, não precisam se exhibir sempre como congruentemente heterossexuais ou homossexuais (BUTLER, 2009).

Compreende-se, então, que uma pessoa transgênero, assim como qualquer outro indivíduo, pode ter como orientação sexual a heterossexualidade, a homossexualidade, assexualidade ou a bissexualidade, conforme o gênero que determina para si e do gênero com o qual se sente atraído afetivo-sexualmente. Conforme explica Jesus (2012, p. 08), por exemplo:

[...] mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice-versa. Isto é, nem toda pessoa transexual é gay ou lésbica, a maioria não é, apesar de geralmente serem identificados como membros do mesmo grupo político, o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

No entanto, independente da orientação sexual, conforme salienta Peres e Toledo (2011, p. 02), em relação aos transgêneros:



[...] se há alguma coisa comum presente na vida dessas pessoas, ela seria definida pelos processos de estigmatização, ou seja, das dificuldades e impossibilidades das mesmas em terem o direito fundamental à singularidade, de poderem exercer o direito de ser e de viver, de serem respeitadas como cidadãs.

ESTIGMA

Segundo Santos (2012), o conceito de estigma está relacionado a uma pessoa ou a um grupo que carrega algum “sinal” que o distingue de forma pejorativa, rebaixando-o na escala social, no entanto, para esse sistema de graduação não é suficiente um predicado de diferenciação, mas sim um código de símbolos relacionais que sentencia o que é ou não admissível como “natural”, como “normal”, conseqüentemente, como “aceitável” ou não.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (GOFFMAN, 2010, p. 12).

O estigma, sendo assim, é decorrente de relações de poder. É preciso haver uma relação conflitante, onde um grupo está estabelecido no conjunto detentor de poder, isto é, no composto dominante, a fim de praticar atos de marginalização e segregação de sequelas socialmente relevantes, e outro grupo será depreciado, padecendo de sérios efeitos discriminatórios (LINK E PHELAN, 2001 *apud* SANTOS, 2012).

Desta forma, é preciso compreender que:

[...] o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma, superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social. (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 11-12 *apud* PERES; TOLEDO, 2011, p. 03)

De acordo Burgess (2009 *apud* RAMALHO, 2013, p. 101) “as pessoas transgênero são o grupo mais negligenciado e incompreendido da sociedade, com dificuldade de acesso aos diferentes sistemas sociais”. Esta discriminação e arbitrariedade existem, desde cedo, nos primeiros encarregados da socialização do indivíduo. A intolerância e desconhecimento do fenômeno, por parte do meio familiar e educacional, por considerar a expressão de gênero demonstrada por um transgênero, socialmente inadequada e divergente, procura forçar, e muitas vezes castigar imensamente os gêneros que não se apresentam conforme as regras



sociais, de maneira a se adaptarem aos seus estereótipos. Indivíduos transgêneros enfrentam também a escassez nos serviços médicos e sociais, e ainda a privação de programas e políticas públicas com uma atenção distinta para essa categoria, que, repetidamente, é justificada pela insignificante estatística desta parcela populacional. Como consequência da desaprovação familiar e de amigos, da restrição de chances educacionais (resultando no abandono escolar precoce), e sociais (onde geralmente é evidenciada a conotação de atributos depreciativos concernente a promiscuidade, doença mental ou crime), a vida adulta é vivenciada por fortes demarcações no acesso ao mercado de trabalho (LOEHR, 2007).

A condição de vulnerabilidade torna-se avolumada nos indivíduos transgêneros, corroborando para existência de uma vida a margem, de total afastamento (MONRO, 2005), em processos de fragilidade e retraimento, remetendo-as para uma situação de ilegalidade e segregação social. Em face da não aceitação social e de atitudes insistidas de cunho negativo, os indivíduos transgêneros vivenciam sinais e sintomas de temor, ansiedade, depressão e, até mesmo, ideação suicida, além de se correlacionarem a fatores de preconceito e altos níveis de categorização, ou seja, estigmatização (MALLON, 2009).

Deste modo, compreende-se que a estigmatização entre a população transgênero é bastante presente e pode trazer prejuízos as suas vidas. A distinção e a disparidade ocorrem em todas as fases da existência dos transgêneros e podem ser notadas desde as mais tenras experiências sofridas de estigmatização, de discriminação, de violência e de exclusão (PERES, 2005 apud PERES; TOLEDO, 2011). É desta maneira que o constructo de atitudes inserido na Psicologia Social surge como suporte e base na compreensão dos estigmas sofridos pelos transgêneros.

ATITUDE

Conforme explicita Lima (2006, apud FAGUNDES; ZANELLA; TORRES, 2012, p. 56), a atitude, “trata-se de “um construto hipotético” referente à tendência psicológica expressa em avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade em especial”. Desta maneira, “permite diferentes compreensões do conceito, desde um modo de reação a objetos e pessoas até uma tendência de agir ou pensar em certas circunstâncias” (ATKINSON et al., 2002 apud FAGUNDES; ZANELLA; TORRES, 2012, p. 56).

As atitudes relacionam-se a como as pessoas raciocinam, experimentam e desejam se comportar em relação a um dado objeto, sendo esta conduta definida não somente por aquilo que os indivíduos gostariam de realizar, mas também pelo que eles pensam que devem fazer, baseando-se nas consequências em expectativas deste dito comportamento (RODRIGUES, 2009). De forma ampla, a função das atitudes é simplificar a adaptação do indivíduo ao meio em que está inserido, e assim:



[...] possibilitam um ambiente significativo, funcionando como guia do comportamento. Esse esquema ou conhecimento ajuda a filtrar o complexo e significativo número de informações externas, o que permite agrupar tanto pessoas como acontecimentos em categorias, dispensando essas atitudes simplificadas e estereotipadas. Logo, as atitudes assumidas em direção a um grupo favorecem a formação de uma base para que se façam inferências sobre seus membros (LEAL *et al*, 2013, p. 949).

Estas atitudes manifestam-se não somente por meio de sentimentos extremos, como ódio e paixão, mas também através de níveis medianos de emoção, como a “atração ou repulsa, as preferências ou aversões e o interesse ou desprezo. A partir dessas tendências, diz-se, então, que uma pessoa tem atitude positiva se aprova o objeto de sua atitude e negativa, se o reprova” (RIVOIRE, 2006, p. 29).

As atitudes não surgem no vácuo social, mas compõem uma edificação própria do indivíduo, no entanto, de especificidade relacionada a aprendizagem e intimamente induzida por credos, princípios, emoções e vivências socialmente compartilhadas, equivalendo indispensavelmente a objetos próprios que estão presentes ou que são rememorados devido a um sinal (LIMA, 2002 apud LEAL *et al*, 2013).

Adquiridas por meio da aprendizagem, as atitudes constituem-se de três componentes, a saber: o cognitivo (pensamentos e crenças), o afetivo (sentimentos de atração ou rejeição) e o comportamental (tendência de reação do indivíduo diante do objeto da atitude), podendo ser positivas ou negativas (LEAL *et al*, 2013, p. 948).

Segundo Rodrigues (2009) a mudança de atitude torna-se necessária sempre que se busca promover o bem-estar geral da humanidade, pelo qual comportamentos negativos como o preconceito devem ser contidos para que seja possível a compreensão e a cooperação entre grupos e pessoas em conflito. Daí a relação das atitudes com o presente trabalho, já que podem revelar aspectos inerentes a visão de psicólogos sobre a transgeneridade.

MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A teoria tenta explicar como as atitudes se formam a partir de uma perspectiva de base sistêmica relacionado ao modelo ecológico de desenvolvimento humano de Brofenbrenner. Segundo este modelo, delineia-se o desenvolvimento humano como acontecendo incerto em vários agrupamentos, sendo acometido pelas modificações e eventos que sucedem tanto nos âmbitos mais próximos (por exemplo: família, escola/ emprego), com os quais a pessoa instala um convívio e influência mais diretos, como nos contextos menos próximos (por



exemplo: social, político, econômico), que também afetam o indivíduo, embora de maneira indireta. Este desenvolvimento é ainda tido como um método de adequação recíproco e bidirecional, em que o indivíduo além de experimentar a intervenção praticada pelo meio, por sua vez também influencia e gera adaptação no seu ambiente de modo dinâmico e efetivo. O teórico determina quatro sistemas principais (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema) entendidos como “bonecas russas”, onde cada um deles demonstram diversos ambientes que influenciam o indivíduo e que abrangem outros sistemas menores no seu interior. (BRONFENBRENNER, 1996).

A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS FRENTE À POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NA ÁREA DE SAÚDE

É importante destacar que há espaço para uma série de reflexões no campo da Psicologia. O acompanhamento dos processos de readequação sexual, relacionados a temática das situações de disforia de gênero e a questão do transgenerismo (em que se inclui a temática da diversidade da expressão de gênero), envolvendo desde a formação acadêmica até a construção de referências de atuação (SOARES; KARLUZE; CAMPANIN, 2010).

A homossexualidade, e também a transexualidade e travestilidade, na contemporaneidade, ainda é atingida por preconceitos históricos, sociais, políticos e religiosos, o que pode gerar em uma pessoa homossexual, e/ou transgênero, a vivência de sofrimentos psíquicos e estados de vulnerabilidade. É necessário, portanto, perceber que a grande questão a ser trabalhada refere-se à relação entre sociedade e o entendimento sobre o significado destes fenômenos, cabendo ao psicólogo atuar apoiado em conhecimento balizado dos referidos temas. Um psicólogo atuante nesta área trabalha lidando com questões polêmicas e conflituosas e também com a sociedade de forma geral, sendo o exercício da escuta seu principal instrumento. O paciente como indivíduo vivencia outros aspectos de sua humanidade além dos relacionados à sua identidade e/ou expressão de gênero, ou seja, a escuta deve expandir-se além de um rótulo segmentado (SOARES; KARLUZE; CAMPANIN, 2010).

Conforme afirma Carvalho (2010, p. 1003):

[...] as preocupações que indivíduos transgêneros referem relativamente aos serviços de saúde mental são: (a) o serem considerados doentes ou loucos, abordados como diagnósticos e não como pessoas; (b) a falta de reconhecimento, por parte dos profissionais, de que muitos dos seus problemas se devem a processos sociais de exclusão e não a doença mental; (c) a ignorância relativamente a questões de identidade de gênero – com a recomendação de que os terapeutas deveriam procurar informação nesta área, em lugar de esperar que os sujeitos lhe forneçam; e (d) as inseguranças do dia-a-dia – com a sugestão de que os profissionais podem ter um papel importante na sensibilização de polícia, escola, hospital e outras instituições acerca de questões de identidade de gênero.



A atuação psicológica “ausente de preconceitos, de tabus e de outros tipos de desinformação, deve, por intermédio desses profissionais, ser cada vez mais buscada, compreendida e vivida pela sociedade, que clama por esclarecimentos acerca de suas dúvidas e dilemas referentes à sexualidade” (BRUNS, 2011, p. 69).

A questão que norteou esta pesquisa diz respeito às atitudes que estão presentes entre graduandos do curso de psicologia sobre o tema de transgeneridade. Assim sendo, apoiados nas palavras de Davies “compreende-se que a maioria dos psicoterapeutas e conselheiros provavelmente não estão aptos para trabalhar com clientes do foro da diversidade do gênero e sexual” (CORMIER-OTANO; DAVIES, 2012, p. 02).

Desta forma,

[...] urge dizer que essas dificuldades citadas impedem que esse profissional possa promover uma fala autêntica com seus clientes acerca de suas queixas afetivo-sexuais no sentido de aliviar as dores e conflitos identitários vividos por eles – sujeitos contemporâneos aprisionados ao paradigma de prazer sexual que abomina frustrações, conflitos e crises inerentes à desvinculação do sujeito do “sólido e fixo” modelo da heteronormatividade, retroalimentado por séculos pelo modelo patriarcal (BRUNS, 2011, p. 66).

Para a autora, é possível identificar que “tais dificuldades estão centradas na aquisição insuficiente de conhecimentos acerca das dimensões bio-psico-sócio-culturais da sexualidade humana, no decorrer de sua formação profissional do Psicólogo” (BRUNS, 2011, p. 66). Conforme confirma Soares, Karluze e Campanin (2010, p. 42), “é muito difícil enxergar em um curso de Psicologia alguma matéria ou algum projeto educacional, desenvolvido por professores e alunos cujo tema seja a homossexualidade”, e mais difícil ainda o tema da transgeneridade.

Segundo Cormier-Otaño e Davies (2012, p. 01), “as combinações possíveis de preferências sexuais, orientação sexual, identidade do gênero, papel e expressão de gêneros, preferências do gênero e escolhas de relação são variadas e cada uma torna-se numa narrativa individual”. É essencial, desta forma, que o psicólogo, ao trabalhar com estes indivíduos, tenha consciência dos seus próprios valores, preconceitos, ideias, crenças e concepções sobre o que considera ‘normal’ e ‘saúdável’ em termos de orientação sexual, função do gênero, relacionamentos.

O processo de socialização é influenciado pela cultura de tendência predominante, na qual as crenças heteronormativas são inerentes e frequentemente incutidas, por isso ninguém se encontra totalmente isento de heterossexismo e de homofobia, e este posicionamento só é possível através de uma reflexão crítica constante sobre o tema (CORMIER-OTANO; DAVIES, 2012). A consciência desse processo é um primeiro passo no sentido da compreensão do fenômeno e consequente mudança de atitude.



METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo *survey*, que produziu descrições quantitativas por meio do uso de um questionário predefinido. O instrumento aplicado para a coleta dos dados empíricos utilizou a escala de likert, que apresentou como principal vantagem a fácil aplicabilidade e o rápido entendimento dos participantes ao modo de responder. Participaram deste estudo 100 estudantes de psicologia da Universidade Estácio de Sá, campus Nova Iguaçu, do 1º ao 10º período. Os critérios de inclusão foram: estar regularmente matriculado no curso, ter idade mínima de 18 anos e aceitar participar voluntariamente, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Para a seleção adotou-se o procedimento de abordagem aleatória dos alunos, ou seja, o método para a escolha da amostra foi a não probabilística.

Quanto aos cuidados éticos, apesar desta pesquisa se qualificar como de risco mínimo, alguns procedimentos indispensáveis foram adotados, como: submeter o projeto de pesquisa e aguardar aprovação do comitê de ética, zelar perante aos participantes pela explicação da referida pesquisa e do sigilo envolvidos, obter assinatura dos mesmos no termo de consentimento e, só posteriormente, realizar a aplicação do instrumento.

Para identificar o nível de concordância e compreensão sobre a transgeneridade, utilizou-se um questionário estruturado, formado por questões fechadas onde todos os entrevistados foram submetidos às mesmas perguntas e às mesmas alternativas de respostas, adaptado (com consentimento da autora) do estudo oriundo da dissertação de mestrado em psicologia (OLIVEIRA, 2013), concebido com o objetivo primordial de conhecer as atitudes de aceitação e de discriminação sob o referido tema.

O instrumento foi constituído de 134 questões no total, dividido em 3 partes distintas. Na parte I o questionário autoaplicável era composto sobre dados sócio demográficos onde foi requisitado que se colocasse uma cruz na opção mais adequada, tendo como objetivo caracterizar a população respondente e obter uma distribuição quanto à idade, sexo, gênero, orientação sexual, religiosidade e período cursado. Já a segunda e terceira partes abordavam o tema em si da transgeneridade. Na parte II, pediu-se que o respondente selecionasse, de entre um conjunto de frases, a opção que melhor se adaptava à sua opinião sobre o tema, de forma bastante abrangente. Na parte III, os itens utilizaram uma escala de cinco pontos do tipo likert de respostas possíveis, onde foi pedido ao respondente que lesse cada frase e avaliasse a sua concordância. Essas etapas buscaram compreender qual o nível de conhecimento do respondente sobre a temática da transgeneridade e entender a percepção e reação quanto ao fenômeno investigado de modo diferenciado, desde o distante e abstrato até o próximo e concreto. Ainda nesta terceira parte, o questionário foi estruturado em cinco subcategorias,



baseadas no modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1996), com os seguintes subsistemas: macrossistema, exossistema, mesossistema, microssistema e individual.

Na escala likert a cada item de resposta foi atribuído um número que reflete a direção da atitude dos respondentes em relação a cada afirmação, onde os valores menores que 3 são considerados como discordantes e, maiores que 3, como concordantes, considerando uma escala de 5 pontos. A pontuação total da atitude de cada respondente foi alcançada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação. A cada item foi atribuída uma escala qualitativa e outra quantitativa como segue: concordo totalmente (5), concordo (4), neutro (3), discordo (2) e discordo totalmente (1). O valor exatamente 3 seria considerado “sem opinião”, sendo o “ponto neutro”, equivalente aos casos em que os respondentes deixaram em branco.

Levando em consideração que parte dos itens estão formulados com valência negativa (ou seja, a opção 5 “Concordo totalmente” revela uma atitude de completa rejeição da transgeneridade) enquanto os restantes estão formulados com valência positiva (ou seja, a opção 5 “Concordo totalmente” revela uma atitude de completa aceitação da transgeneridade), foi necessário inverter as cotações dos itens de valência negativa, de modo a possibilitar as análises seguintes.

Toda a coleta de dados foi realizada mediante procedimentos manuais. O participante foi abordado e sua colaboração solicitada; caso fosse concedida foi ministrado o questionário autoaplicável para coleta de dados. A utilização desse instrumento foi de aplicação e com duração variadas durante o decorrer de 5 semanas, aproximadamente.

Para analisar os itens likert foi utilizado o cálculo do ranking médio (RM). Para o cálculo do RM utilizou-se o método de análise de escala do tipo likert apresentado por Malhotra (2001 *apud* LARANJEIRAS; ALBUQUERQUE; FONTES, 2011). Neste modelo atribui-se um valor de 1 a 5 para cada resposta a partir da qual é calculada a média ponderada para cada item, baseando-se na frequência das respostas. Desta forma foi obtido o RM através da seguinte estratégia:

- f_i = frequência observada de cada resposta para cada item
- V_i = valor de cada resposta
- Média ponderada (MP) = $\Sigma(f_i.V_i)$
- NS = n° de sujeitos
- Ranking médio (RM) = $MP / (NS)$

Quanto mais próximo de 5 o RM estiver maior será o nível de aceitação dos graduandos em psicologia sobre a temática da transgeneridade e quanto mais próximo de 1 menor. A compilação dos dados deu-se inicialmente através do programa Microsoft Access 2013 pela facilidade no input e na localização dos dados. Já os gráficos foram gerados no MS Excel 2013, devido à sua flexibilidade, tipologia e estética na formatação.



ANÁLISE DOS RESULTADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS

PARTE I DO QUESTIONÁRIO

Na primeira parte do questionário foram colocadas questões de múltipla escolha de modo a obter-se uma caracterização da amostra respondente em termos de variáveis que se consideraram relevantes para o estudo. Apresenta-se a seguir uma breve análise descritiva de cada um dos itens da Parte I.

- **Idade** - A maioria dos respondentes (40%) tem entre 18 e 25 anos, seguido pela faixa etária dos 36 a 45 anos (21%). A representação de cada faixa etária é progressivamente menor, com 20% dos respondentes na faixa entre os 26 a 35 anos, 14% entre os 46 a 55 anos, 5% com idades compreendidas entre os 56 a 65 anos nenhum respondente (0%) com mais de 65 anos.
- **Sexo** - Foi questionado o sexo (atribuído à nascença) dos participantes, sendo obtida uma distribuição de 77% de respondentes do sexo feminino, 22% de respondentes do sexo masculino e ainda 1% de pessoas que se identificaram com a condição de intersexo.
- **Identidade de gênero** - No que diz respeito à identidade de gênero (em que se pediu que os participantes indicassem “como se sentem”) obteve-se 74% de respostas “mulher (predominantemente)”, 25% de respostas “homem (predominantemente)”, 1% de respostas “ambos” e ainda 0% responderam “nenhum”.
- **Orientação sexual** - A maioria dos respondentes indicou ser heterossexual (91%), sendo que os participantes pertencentes às minorias sexuais tiveram ainda uma representação pouco significativa de 8% (5% de homossexuais, 3% bissexuais, 0% outra e 0% assexuais), sendo que 1% dos respondentes indicaram ainda a opção “Não sei/ Prefiro não responder”.
- **Prática religiosa** – A maior manifestação dos respondentes relaciona-se a pertencente a algum tipo de religião, num total acumulado de 79%, que se divide em: 43% evangélicos, 19% católicos, 6% protestante, 3% espírita, 2% de religião afro-brasileira (Camdonblé / Umbanda), 6% definida como “outra” (adventista do 7º dia, etc.). Contam ainda 21% sem religião e 0% não respondeu.
- **Períodos** – A representatividade dos graduandos do curso de psicologia, divididos por períodos, deu-se da seguinte forma: 33% do 1º período, seguido de 18% do 5º período, 14 % do 10º período, 11% do 9º período, 10% do 8º período, 6% do 3º período, 5% do 4º período, 2% do 6º período, 1% do 7º período e 0% do 2º período.

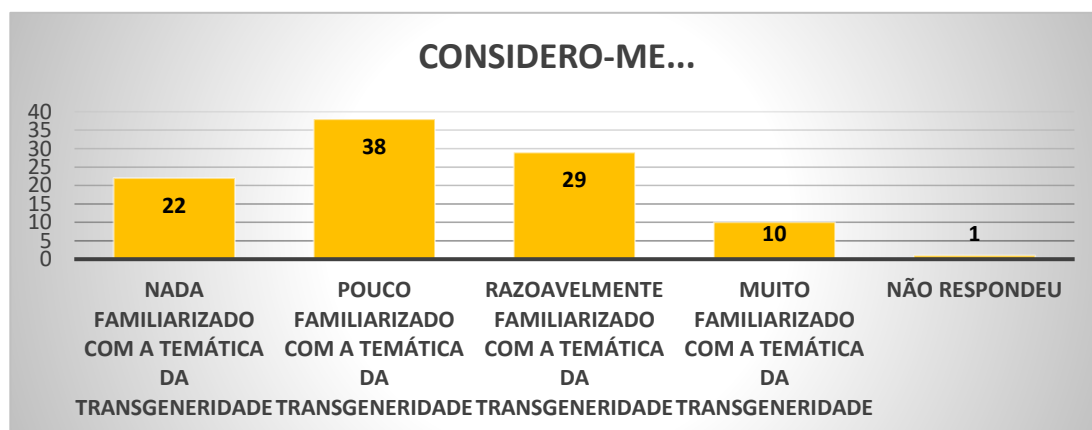


PARTE II DO QUESTIONÁRIO

Na segunda parte do questionário foram inseridas questões com o objetivo de identificar o nível de familiaridade dos respondentes com a temática e qual a sua percepção, de um modo mais geral e abstrato, sobre a transgeneridade.

- Familiaridade e percepção inicial sobre a temática - Numa avaliação subjetiva dos próprios participantes (item 1), 22% admitiram não estar de todo familiarizados com a temática da transgeneridade, 38% indicaram estar pouco familiarizados, 29% razoavelmente e somente 10% muito familiarizados com o tema.

Figura 01 – Gráfico Parte II, item 1. “Considero-me ...” (N=100)



Fonte: elaborado pelas autoras

- Contato direto com pessoas transgênero - No que respeito ao contato direto com pessoas transgênero (item 2), 5% dos respondentes indica que não conhece nem nunca ouviu falar de alguém; num ponto mais intermédio, situam-se 36% dos respondentes indicando “Não conheço pessoalmente, mas sei de alguém que é/ conheço de vista” ou “Não, mas já ouvi falar de alguém” (12% e 24% respectivamente); e 59% das pessoas indicaram conhecer pessoalmente alguém transgênero (21% “Sim, mas raramente estabeleço contato com essa pessoa”; 24% “Sim e mantenho algum contato com essa pessoa”; 9% “Sim e mantenho uma relação próxima com essa pessoa”; 5% “Sim, tenho um familiar que é transgênero”).
- Participação em Associações ou Instituições que trabalham com a temática da transgeneridade - Relativamente a este assunto (item 3), 93% dos respondentes nunca participou enquanto 7% dos respondentes disse participar atualmente ou já ter participado no passado (respectivamente 5% e 2%).
- Percepção sobre a transgeneridade - No que se refere à percepção mais direta da temática em questão, no topo dos sentimentos/emoções mais despertados (item 4) estão a



curiosidade (indicado por 58% dos participantes), compaixão (33%), tranquilidade (também com 33%), tristeza (22%) e empatia (21%) como indicado no gráfico abaixo.

•

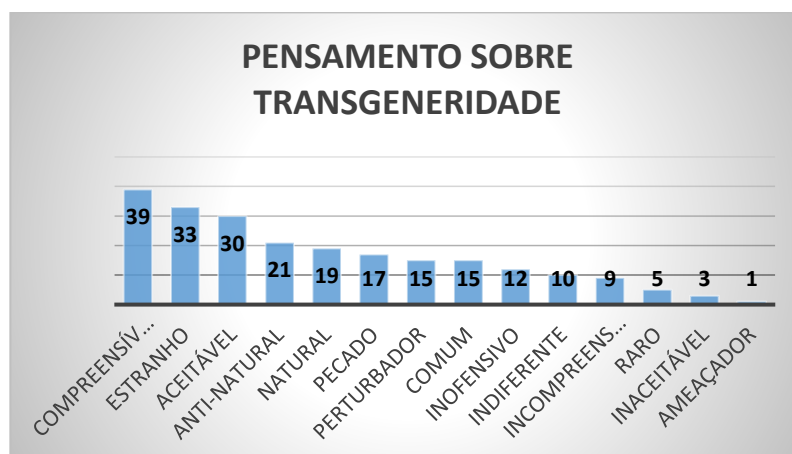
Figura 02 – Gráfico Parte II, item 4. “Quando se fala em transgeneridade, que sentimentos/emoções lhe são despertados?” (N=100)



Fonte: elaborado pelas autoras

- Pensamentos sobre a transgeneridade - No item 5, como se verifica na figura 03, os participantes revelam que a transgeneridade tende a surgir como algo compreensível (39% dos casos), estranho (33%) e aceitável (30%), demonstrando uma certa incongruência.

Figura 03 – Gráfico Parte II, item 5. “Quando pensa em transgeneridade, pensa na situação como algo:” (N=100)



Fonte: elaborado pelas autoras

- Opinião sobre a transgeneridade - No item 6, quando se pergunta aos participantes como entendem a transgeneridade as respostas distribuem-se pelas várias opções com 38% afirmando que é “uma opção que a pessoa toma (de pertencer a outro sexo)”, 34% indicando que é “uma condição de desconformidade corpo-identidade sexual sobre a qual a pessoa não tem controle”, 15% declarando ser o resultado de experiências da infância e educação, 3% acreditando ser “o resultado de um trauma”, 2% crendo que é “uma doença”, sendo que 5% indicaram a opção “Outra” e ainda 3% não responderam à pergunta.
- Impacto de conhecer alguém transgênero - Quando pedido aos respondentes uma avaliação sobre o impacto de conhecer alguém transgênero na sua percepção sobre a temática (item 7), 59% dos respondentes admite um impacto positivo, ou seja, mudaria a percepção “num sentido positivo (por exemplo, antes de conhecer achar a situação perturbadora, depois de conhecer achar compreensível)” ou “ainda mais positivo (por exemplo antes de conhecer já aceitar, depois de conhecer desenvolver ainda mais interesse e compreensão)”, com 26% e 33% das respostas respectivamente, 36% acha que não teria qualquer impacto (“Não mudou/acho que não mudaria”), 1% dos respondentes admite um impacto negativo (por exemplo, antes de conhecer achar a situação indiferente, depois achar perturbador)”, 1% indica ser um assunto gerador de desconforto e sobre o qual não gosta de pensar, e 3% não responderam.
- Dificuldades de uma pessoa transgênero - Por fim, no item 8, foi pedido que fossem selecionadas as opções que os respondentes acreditassem poderem ser as maiores dificuldades das pessoas transgênero. As principais respostas foram: “Poder ser alvo de discriminação” como a mais cotada (76 vezes mencionada), seguida por “Lidar com as reações dos amigos e da família” (64 vezes mencionada) e posteriormente o item “Ter que lidar com estereótipos e

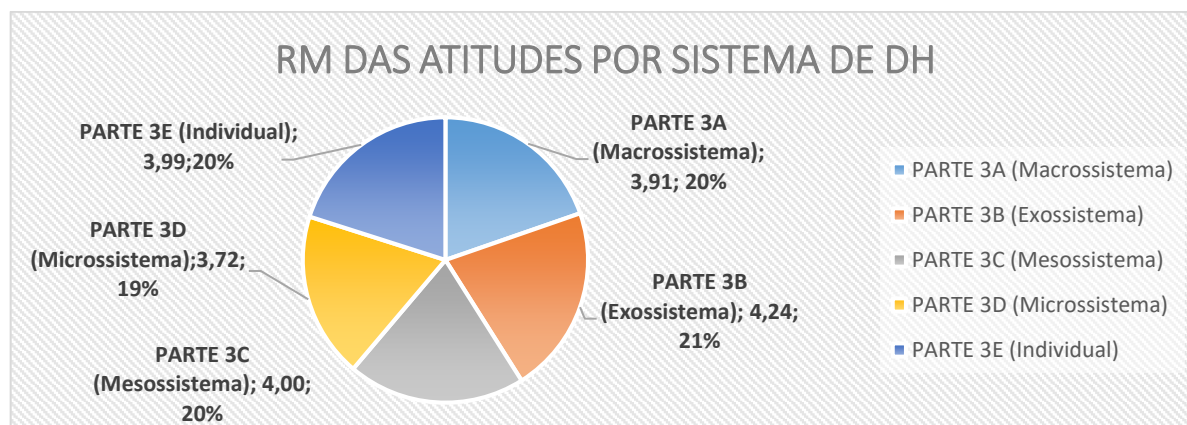


preconceitos na sociedade (55 vezes mencionado). As opções menos sugeridas foram: “Não poder frequentar espaços em que exiba o corpo (praia, ginásios, etc)” 2 vezes mencionada e “Não saber da existência ou não conhecer ninguém que tenha passado pelo mesmo” com 1 menção. O item “Não sei/ Não estou suficientemente informado sobre o assunto” só foi selecionado por 3 participantes.

PARTE III DO QUESTIONÁRIO

A partir do ranking médio total do questionário de 3,97, percebe-se uma atitude de aceitação da transgeneridade por parte da amostra respondente, o que é coerente com as respostas da Parte II, predominantemente aceitantes da transgeneridade. Além do ranking médio total, a fim de analisarmos mais detalhadamente, foi calculado o RM médio por categorias conforme o modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979), com os seguintes subsistemas: macrosistema, exossistema, mesossistema, microsistema e nível individual. Apresentamos na figura 04 o RM médio por sistema, onde percebe-se um grau de anuência muito similar entre todos eles.

Figura 04 – Gráfico Parte III, Ranking Médio médio por subsistema (N=100)



Fonte: elaborado pelas autoras

Quando se considera as categorias separadamente, observou-se em relação ao subsistema exossistema, que o mesmo foi considerado com o mais alto nível de aceitação da transgeneridade, por apresentar um RM de 4,24. Dentro desta categoria o menor RM individual foi encontrado quando se perguntou se “Simpatizaria com ele/ela” (3,54) e o maior RM individual apresentou-se no item sobre “Se a pessoa tentasse falar comigo, poderia tratá-la mal ou insultá-la” (com um grau de discordância de 4,72 sobre esta dita atitude, o que demonstra posicionamento favorável aos indivíduos transgêneros).



No subsistema mesossistema o grau de aceitação demonstrado pelo RM médio foi de 4,0, representando uma aceitação da transgeneridade. Dentro desta categoria o menor RM individual foi encontrado quando se perguntou se “Felicitaria a decisão da pessoa” (3,27) e o maior RM individual apresentou-se no item sobre “Sentiria tanto nojo que poderia mesmo insultar a pessoa” (4,70, relacionado a não anuência com o referido item e concordância com o tema da transgeneridade).

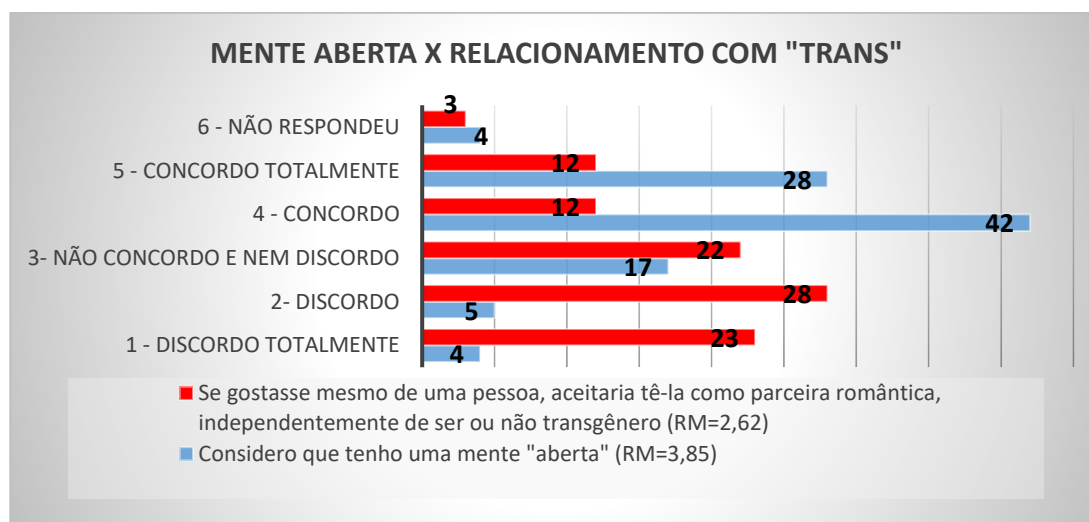
Na categoria macrosistema calculou-se um RM médio de 3,91, demonstrando também aceitação pela transgeneridade. Pode-se destacar alguns aspectos positivos nesse subsistema: “Profissionais que trabalhem na área da saúde devem estar bem informados sobre questões ligadas à orientação sexual, ao gênero e à transgeneridade” (RM 4,35); “As instituições que prestam cuidados de saúde devem ter conhecimento suficiente sobre a temática da transgeneridade” (RM 4,31); “As pessoas transgêneros devem ter os mesmos direitos legais que os restantes cidadãos” (RM 4,38), “O sistema judicial deve encontrar-se preparado para lidar com problemáticas ligadas à transgeneridade (ex. pessoas transgêneros vítimas de agressões e discriminação)” (RM 4,37) e “As pessoas devem ter oportunidades de emprego iguais independentemente de serem ou não transgêneros” (RM 4,62). No entanto, o menor RM individual indicado foi no item “As crianças devem brincar com brinquedos apropriados ao seu gênero (ex. meninas brincar com bonecas, meninos brincar com carrinhos)” (RM 3,07).

A categoria microsistema teve um RM médio de 3,72 o que demonstra aceitação, porém podemos destacar alguns pontos que podem ser analisados individualmente, como: “Iria rezear que ela esteja a correr riscos (RM 2,67) e “Ficaria preocupado que essa pessoa sofresse de discriminação: (RM 2,06), com os menores índices, em contrapartida a “Reagiria tão violentamente que era capaz de lhe bater” (RM 4,56) e “Cortaria relações com a pessoa imediatamente”(RM 4,47), ambos relacionados a discordância em alto grau com as atitudes levantadas e consequente anuência com a transgeneridade.

A nível individual o RM médio foi de 3,99, e aponta, através dos RM individuais como itens críticos: “Se uma pessoa me dissesse que não se sente nem homem nem mulher, pensaria que há algo de errado com ela” (RM 3,32) e “Algumas situações perturbam-me tanto que tenho mesmo que reagir” (RM 3,35); e como itens positivos: “Para mim, uma pessoa transgênero merece tanto respeito quanto qualquer outra” (RM 4,45) e “As pessoas tendem a recorrer a mim para falar dos seus problemas” (RM 4,32).

Buscando correlações possíveis, foi analisado a relação entre o primeiro item da parte 3E (“Considero que tenho uma mente “aberta”), com RM de 3,85 versus o penúltimo item da mesma parte (“Se gostasse mesmo de uma pessoa, aceitaria tê-la como parceira romântica, independentemente de ser ou não transgênero”), com RM de 2,62, o que representa uma ligeira incongruência, já que em relação a ter a mente aberta há uma concordância e em relação a ter um envolvimento romântico com uma pessoa “trans” há uma discordância.

Figura 05 - Gráfico correlação entre auto-avaliação e aceitação de parceiro transgênero (N=100)

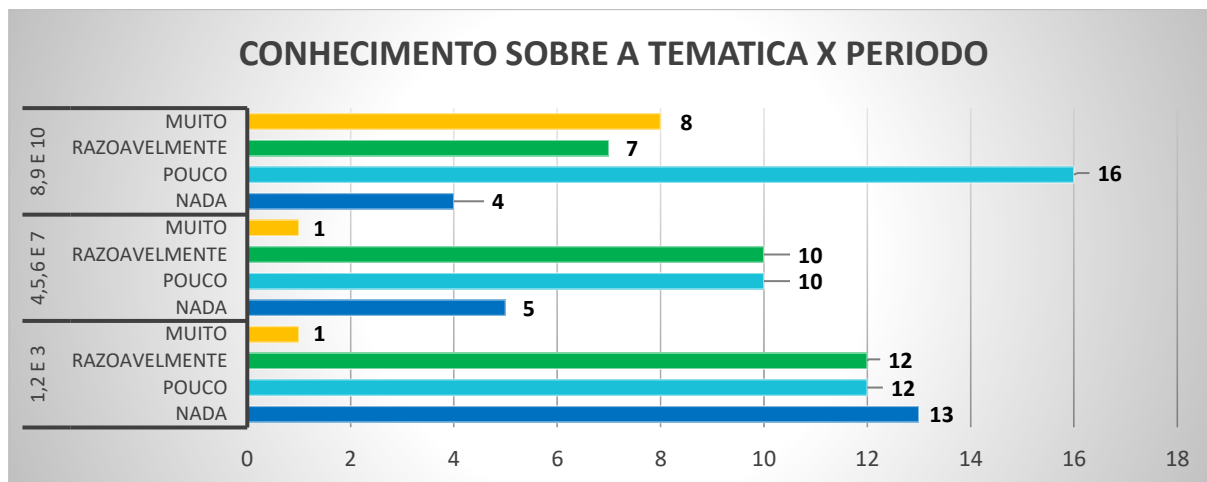


Fonte: elaborado pelas autoras

Desta forma, compreendeu-se que os respondentes se consideram com uma “mente aberta” a fim de aceitar indivíduos transgêneros socialmente, porém ainda não estão aptos e dispostos a estenderem tal aceitação e concordância a suas vidas pessoais e privadas.

Outra correlação possível foi entre o período em curso e o grau de compreensão sobre a temática da transgeneridade. Para tal fim, foram somados os respondentes em 3 grupos distintos conforme o nível de conhecimento acumulado durante o curso, assim dividido: grupo 01 do 1º ao 3º período (N=38), grupo 02 do 4º ao 7º período (N=26) e grupo 03 do 8º ao 10º período (N=35). Foi possível perceber que os alunos do grupo 03 (períodos finais da graduação) declararam que possuíam um conhecimento mais elevado sobre a temática (muito=8), versus o grupo 01 (muito=1) e grupo 02 (muito=1). Em contrapartida, o grupo 3 também foi o grupo que mais declarou ter pouco conhecimento sobre o tema aventado nesta pesquisa (pouco=16), versus o grupo 01 (pouco=12) e o grupo 02 (pouco=10). Assim sendo, torna-se difícil uma conclusão definitiva sobre este nível de conhecimento em relação ao período em curso.

Figura 06 – Gráfico correlação entre os períodos e conhecimento sobre a temática (N=100)



Fonte: elaborado pelas autoras

Como 60% dos respondentes afirmaram estar pouco (N=38) ou nada (N=22) familiarizado com assunto transgêneros (vide gráfico 01 - parte II, item 1. “Considero-me ...”), é possível ratificar a hipótese proposta de que existe, entre graduandos de psicologia face à identidade transgênero, um relativo nível de incompreensão do fenômeno. No entanto, como o grau total de aceitação foi favorável, num total geral de RM em 3,97 pode-se perceber que, apesar de existir um nível de desconhecimento entre os respondentes, estes possuem atitudes positivas sobre esta população, ou seja, possuem uma tendência assertiva frente aos transgêneros. Provavelmente, se houvesse uma maior preocupação em disseminar mais conhecimento sobre o assunto da transgeneridade, reduzindo este grau de incompreensão, a concordância com a temática seria ainda maior, em todos os níveis.

Desta forma, consideramos que a pesquisa conseguiu alcançar seus objetivos de conhecer a anuência de graduandos em psicologia, Universidade Estácio de Sá, Campus Nova Iguaçu, sobre a transgeneridade e de relacionar a concordância/discordância dentro de cada categoria de atitudes ao modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar as atitudes dos graduandos do curso de Psicologia, no município de Nova Iguaçu, face à identidade transgênero. Dada a análise dos resultados, obtidos através da aplicação de questionário estruturado, verificou-se que, mesmo ante a escassez de conhecimento da temática e incompreensão do fenômeno, as atitudes dos graduandos são positivas em relação a transgeneridade. Para maior aprofundamento, congruência ou incongruência nas declarações, o questionário foi dividido em categorias,



baseadas no modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, onde foi possível realizar correlações nos subsistemas: macrossistema, exossistema, mesossistema, microsistema e nível individual. Dentre as subcategorias há aceitação dos respondentes, não sendo verificadas atitudes negativas face à população transgênero. No nível individual uma correlação mostrou-se incongruente no que se refere a aceitação da temática e relacionamento romântico com um transgênero. Desta forma, das correlações que foram possíveis, a apresentação no nível individual se fez crítica.

A partir dos resultados apresentados evidenciamos a necessidade de um número maior de pesquisas e envolvimento com a temática, tendo em vista que os modos de existir são inúmeros e os transgêneros ainda pouco conhecidos pela sociedade. Ressaltamos que o objetivo do conhecimento dentro do contexto da comunidade humana e a finalidade das Universidades não são outros senão possibilitar o avanço da própria espécie. Desta forma precisamos continuar a investigar, identificar, compreender e, principalmente, transformar paradigmas. Afinal, quando deparamos com as possibilidades de conhecimento, nos assemelhamos a uma esfera que vai se dilatando e assim permite uma compreensão maior dos fenômenos, contudo sem perder de vista que haverá sempre uma maior proximidade com o desconhecido (PASCAL, 1623-1662).

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. In: **Análise Social**, Vol. XXXVIII, 2003, nº 168, pp. 687-714.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. - **Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura**, 5. 2010, Natal. Anais eletrônicos - Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <<http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%C3%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%C3%81SPORA-QUEER-Simone-%C3%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

BENEVENTO, Claudia Toffano; SANTANA, Vagner Caminhas. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. 2013. <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acesso em: [29/03/2015].

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, Oct. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de abril 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015>.



BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. 1996 (Original publicado em 1979). Porto Alegre: Artes Médicas.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. Psicoterapeutas iniciantes: os desafios das diversidades afetivo-sexuais. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 de março de 2015.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. 1990b. New York & London: Routledge.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 de abril 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>.

CARLOTO, Cássia Maria. **O Conceito de Gênero e sua Importância para Análise das Relações Sociais**. 2001. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em 19 de março de 2015.

CARVALHO, Irene Palmares. Vivência do Processo de Transição no Contexto dos Serviços de Saúde. **Acta Med Port**, v. 23, p. 1001-1010, 2010. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF3/002259.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

CORMIER-OTANO, Olivier; DAVIES, Dominic. **A Terapia da diversidade gênero sexual (TDGS)**. 2012. Tradução: João Botas. PinkTheraphy. Disponível em: http://www.pinktherapy.com/Portals/0/Downloadables/Translations/P_GSDT.pdf. Acesso em: 15 de março de 2015.

FAGUNDES, Mateus Miranda; ZANELLA, Michele; TORRES, Tatiana Lucena. Cidadão em foco: representações sociais, atitudes e comportamentos de cidadania. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 14, n. 1, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2015.

FREUD, Sigmund. Femininity. In **New Introductory Lectures on Psycho-Analysis**, Lecture III. 1933.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** (2010). Tradução: Mathias Lambert. LTC



HOGEMANN, Edna Raquel. **Relações de Trabalho e Relações de Gênero**. Tópicos Interdisciplinares. Aula 09. Universidade Estácio de Sá. Acesso em 04 abr. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Abril, 2012. Brasília. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 25 de março de 2015.

KITZINGER, Celia. Heteronormativity in Action: Reproducing the Heterosexual Nuclear Family in After-hours Medical Calls. In: **Social Problems**, vol. 52, issue 4, pp. 477–498. 2005. Society for the Study of Social Problems.

LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênero entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 de abril de 2015.

LARANJEIRAS, Íris Caldas; ALBUQUERQUE, Kátia Silene Lopes de Souza; FONTES, Maria das Graças Moreno Soledade. Metodologia da Pesquisa Científica para Além da Vida Acadêmica: Apreciação de Estudantes e Profissionais Formados sobre sua Aplicabilidade na Vida Profissional. **Rev de Administração e Contabilidade Faculdade Anísio Teixeira** [Internet]. 2011. Disponível em: <<http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/38>>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

LEAL, Noêmia Soares Barbosa et al. A atitude dos universitários em relação ao profissional de limpeza urbana. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400013>.

LOEHR, Kristen. **Travestites in Buenos Aires: Prostitution, poverty and policy**. 2007. Washington, DC, Master of Arts in Development Management and Policy apresentado à Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences of Georgetown University e Universidad de San Martin.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Apr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.



MALLON, Gerald. **Social work practice with transgender and gender variant youth**. 2009. New York & London: Routledge.

MIRANDA, Francielle Felipe Faria. **Heteronormatividade: uma leitura sobre construção e implicações na publicidade. Fragmentos de Cultura** (Online), v. 20, p. 81-94, 2010. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1314/898>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. **A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria**. 2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-teoria-queer-como-representa%C3%A7ao-da-cultura-de-uma-minoria.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

MONRO, Surya. **Gender politics. Citizenship, activism and sexual diversity**. 2005. London: Luto Press.

NAMASTE, Viviane. **Invisible lives: the erasure of transexual and transgendered people**. 2000. Chicago: University of Chicago Press.

OLIVEIRA, Ana Rita Monteiro de. **Desenvolvimento do questionário de atitudes relativas à transexualidade: estudo exploratório na população portuguesa, uma perspectiva sistémica**. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9505>>. Acesso em: 01 de abril de 2015.

PALOSKI, Luís Henrique, CADONÁ, Eliane. Diversidade sexual: da biologia sexista aos estudos de gênero. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, 2014, Nov. 30; 2(2): p. 95-104. Disponível em: <http://sphinx.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/1688>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

PASCAL, Blaise (1623-1662). Disponível em: <<http://www.readebooks.com.br/frases-blaise-pascal-05092013-dia/>>. Acesso em: 02 de Novembro de 2015.

PERES, Wiliam Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Travestis, transexuais e transgêneros: novas imagens e expressões da subjetividade. **Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). Psicologia e diversidade sexual**. 2011. São Paulo: CRPSP. 92f.; 23cm. (Caderno Temático 11). Disponível em: <http://www.crpss.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_expressoes.aspx>. Acesso em 02 de abril de 2015.

RAMALHO, Nélson. "Transgressão" de gênero e os limites da tolerância: prostituição, violências e vulnerabilidade social - Página 97 de 108 - **IV Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, organizado pela Secção Temática «Relações Sociais de Género e Raça - CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**. 2013. Disponível em: <



<http://www.coloquiointernacional.com/anais/GT11.pdf#page=97>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

RIVOIRE, Eliane Benjamin **A contribuição da psicologia social para teoria e a prática da atividade de relações públicas.** – Porto Alegre: PUCRS, 2006. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=255>. Acesso em: 02 de abril de 2015.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social.** 2009. 27ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Vozes.

SANTOS, Adelyany Batista dos. **Representações sociais de profissionais de saúde sobre transexualidade.** 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10976>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade.** 1995. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99.

SOARES, Alessandra Fragozo Batista; KARLUZE, Ana Carolina Massaro; CAMPANINI, Suellen Morcella. O papel do Psicólogo junto ao movimento LGBTTT. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 1- Gênero e políticas públicas – Coord. Silvana Mariano. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.KarluzCia.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-105, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712013000400004>.

STREY, Marlene Neves; JACQUES, Maria da Graça Corrêa; BERNARDES, Maria Guazzelli; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; CARLOS, Sérgio Antônio; FONSECA, Tânia Maria Galli. **Psicologia Social Contemporânea.** 2009. 12ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Vozes.